

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: NOTAS SOBRE A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

Luiz Eduardo W. Wanderley*

A educação não tem recebido a ênfase conveniente nos planos e programas de desenvolvimento dos países latino-americanos, ainda que tenha sido bastante utilizada, em maior ou menor grau, para efeitos retóricos. Além disto, a educação é entendida e desenvolvida em cada país de modo diferenciado, em consequência de fatores históricos, estruturais e conjunturais que organizaram diferentemente cada sociedade em particular e a própria área educacional no interior da sociedade.

É claro que se tomarmos como ponto de referência os educadores e as instituições de ensino, nos vários níveis, há uma abundância de elaborações e propostas, tanto restritas ao campo educacional quanto inserindo-o em concepções mais abrangentes de modo interdependente com outros campos sociais. Ainda que seja uma tarefa complexa e difícil buscar linhas homogêneas para o conjunto da América Latina, algumas tentativas existem buscando captar tendências (conservadoras, liberais, positivistas, tecnocráticas etc.) e estilos educacionais (para ilustrar, apresentamos a seguir um quadro destes estilos que levanta questões estimulantes) (5) (Ver Quadro 1)

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

QUADRO I
ESTILOS EDUCACIONAIS CARACTERIZADOS SEGUNDO
A FUNÇÃO RELEVANTE

ESTILO	FUNÇÃO EDUCACIONAL RELEVANTE	DIMENSÃO ECONÔMICA	DIMENSÃO POLÍTICA	DIMENSÃO SOCIAL
Tradicional	Conservação: socialização para a manutenção da ordem constituída de acordo com os valores da classe dominante.	Estancamento e base econômica agrícola.	Oligarquia. Controle político não-sujeito à "contestação" por parte das massas.	Classe dominante indiferenciada. Fraca identidade e organização das outras classes sociais. Pobreza e marginalidade.
De modernização social	Mobilização: integração das massas e formação segundo valores de participação num sistema educacional relativamente aberto a demandas de grupos em processo de incorporação.	Crescimento moderado com distribuição. Importância crescente do mercado interno.	Instável relação e/ou aliança de classes integradas ao sistema, "manipulação" da mobilização.	Para uma estrutura capitalista de classes. Diferenciação interna da burguesia. Ascensão das classes média e proletária. Sociedade de massas e marginalidade.
De participação Cultural	Cultura: implantação de um "código" que legitima um "status" e o ingresso num setor com relações internas igualitárias.	Abundância e geração de excedentes no setor econômico específico difundidos através do Estado.	Pluralismo elitista. Autonomização da "burocracia política" no quadro de uma aliança de burguesia e classes médias legitimada democraticamente.	Distensão das relações de classes sociais por ampliação em matéria de ocupação e renda. Consolidação da burguesia e ascensão das classes médias.
Tecnocrático e/ou de formação de recursos humanos	Economia: educação limitada à preparação funcional e estratificada de recursos humanos em alguns casos ideologicamente "despolitizados".	Crescimento acelerado com concentração, "internacionalização" do mercado interno e exportação de bens industriais.	Controle por parte da classe alta ou tecno-estrutura político-militar com participação da burguesia nacional ou viçária.	Polarizada estrutura de classes. Incorporação parcial e paulatina de grupos sociais de acordo com as ampliações do mercado.
De congelamento político	Política: reimposição da autoridade e dos valores da classe dominante, desmobilização popular; inclui compartimentação educacional segundo estratificação e redução do diálogo intelectual.	Crise por esgotamento de modelo ou por projeção das lutas de classe.	Setores da classe alta com apoio de setores médios e presença militar.	Reestruturação autoritária das relações de classe. Redução dos níveis de renda e diminuição da participação das classes média e proletária.

A Universidade latino-americana possui uma massa de recursos humanos e materiais de grande valor, mas cujo impacto nas estruturas e processos sociais tem sido desproporcional ao seu potencial. No geral, com as exceções devidas, a Universidade cumpriu e cumpre um papel conservador, ainda que apresentando aqui e acolá movimentos inovadores e até mesmo revolucionários. Historicamente, representantes da comunidade universitária — professores, estudantes e funcionários — e ex-alunos — exerceram influência tanto conservadora quanto transformadora em suas sociedades.

Portantiero, em sua rica e relevante pesquisa sobre o movimento de reforma universitária, que se iniciou em Córdoba (1918) e extravasou para vários países da América Latina, mostra os resultados positivos que ele propiciou nas universidades e os efeitos que operou na política-tributária, de alguma forma, da dinâmica que ele engendrou. Em suas colocações, a reforma universitária constituiu-se na maior escola ideológica para os setores avançados da pequena burguesia, no espaço de onde se recrutaram de modo freqüente as contra-elites que enfrentaram as oligarquias. E foi a partir de lá que apareceu a maioria dos líderes civis latino-americanos e alguns partidos políticos. Ela funcionou também como uma espécie de reforma intelectual e moral que o movimento de 1918 difundiu pelo continente (4). Como exemplos das sementes do movimento reformista, podem ser citados a criação da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) por Haya de la Torre e a Ação Democrática na Venezuela por Betancourt; as ligações do movimento estudantil com os setores populares no Peru, Chile, Argentina, ao lado das lutas operárias, organizando-se inclusive universidades populares.

Escrevi, em outra ocasião, que “uma leitura das finalidades que as universidades latino-americanas se propõem e que constam de seus Estatutos daria uma impressão bastante positiva. Contudo, quando se pesquisa o cumprimento dessas finalidades e a carência de meios e recursos humanos e materiais, comprova-se uma enorme distância entre o desejado e o realizado. Assim sendo, como estas finalidades não são atingidas e as avaliações apontam um conjunto de lacunas e desperdícios, de tempos em tempos se promovem campanhas ou se elaboram projetos de reforma universitária (. . .) Em termos gerais, que se aplicam a quase todos os projetos latino-americanos de reforma universitária, a constatação é a de que eles têm sido geralmente parciais, limitados, experimentais, sendo seu destino os arquivos, ou uma execução falha com rápido abandono. As causas são diversas: objetivos ambiciosos, inadequação à realidade, postura legiferante de privilegiamento de aspectos administrativos e funcionais em detrimento de aspectos substantivos de conteúdo, falta de convicção dos reformadores, falta de consenso dentro das universidades, pressões e resistências de pessoas e grupos contrários à reforma entre outros” (8:12-4).

Considerando que o objetivo deste trabalho gira em torno das relações educação e democracia, convém explicitar alguns pontos sobre o termo democracia, tão polêmico e de tantos significados. Os estudiosos apontam pelo menos duas correntes em pugna na América Latina: a democracia liberal e a democracia popular. Uma análise dos distintos países, contudo, mostra que estes são projetos não consolidados e que enfrentam desafios e obstáculos poderosos em sua concretização histórica: regimes de força, governos ditatoriais e autoritários, "democracias" aparentes em que setores minoritários dominantes controlam as massas indígenas, camponesas, operárias, subempregadas e desempregadas, por meio do poder econômico, político e militar principalmente. Eleições e partidos políticos passam a ser concessões do Estado e das elites governantes, com legitimidade limitada ou nula. Neste sentido, é prudente não trabalhar com pares polares de conceitos e sim qualificar as múltiplas mediações que caracterizam as práticas de cada formação sócio-econômica.

Num texto polêmico sobre as alternativas à democracia representativa, Bobbio, concordando que o termo democracia possui muitos significados, indica um significado preponderante quando se fala em **democracia tout court**, sem adjetivos:

"Este significado preponderante é aquele segundo o qual por 'democracia' se entende um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que conseguem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade. As regras são, de cima para baixo, as seguintes: a) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, religião, condições econômicas, sexo etc. devem gozar de direitos políticos, isto é, do direito de exprimir com o voto a própria opinião e/ou eleger quem a exprima por ele; b) o voto de todos os cidadãos deve ter peso idêntico, isto é, deve valer por um; c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres de votar segundo a própria opinião, formando o mais livre possível, isto é, em uma livre concorrência entre grupos políticos organizados, que competem entre si para reunir reivindicações e transformá-las em deliberações coletivas; d) devem ser livres ainda no sentido em que devem ser colocadas em condição de terem reais alternativas, isto é, de escolher entre soluções diversas; e) para as deliberações coletivas como para as eleições dos representantes deve valer o princípio da maioria numérica, ainda que se possa estabelecer diversas formas de maioria (relativa, absoluta, qualificada), em determinadas circunstâncias previamente estabelecidas; f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, em modo particular o direito de tornar-se, em condições de igualdade, maioria" (. . .) para que um estado seja 'verdadeiramente' democrático não basta a observância destas regras, uma vez que basta não observar uma de-

las para que não seja democrático (nem verdadeiramente nem aparentemente)" (1: 55-6).

Ainda nas palavras do mesmo autor: "(. . .) digo para repetir mais uma vez que democracia (não importa direta ou indireta, se assembleísta ou representativa) é uma 'prática' extremamente complexa que não aceita improvisações, fáceis generalizações ou inovações mais ou menos engenhosas, e é quase sempre um mecanismo muito delicado que se quebra com facilidade (. . .) Simplificando, os quatro inimigos da democracia — estou me referindo ao método democrático como melhor método para se tomar deliberações coletivas — são: as grandes dimensões, a burocratização crescente do aparelho estatal, o tecnicismo sempre maior das decisões a tomar e a tendência à massificação da sociedade civil" (1:59 e 89)

Em outro contexto, debatendo a relação democracia e socialismo, Chauí aporta alguns considerandos críticos às idéias de Bobbio, ao mostrar que é exatamente a democracia representativa — como foi concretizada no capitalismo — a responsável pela impossibilidade da própria democracia e dos projetos democrático-populares vingarem. Segundo ela "não são as pressões populares (seja pelo voto, seja pela opinião pública, seja pelos movimentos e associações de massa) que engendram a organização, a burocracia e a tecnocracia. . ." (2:136) Uma de suas teses é a defesa da democracia na produção, cujo passo principal está em desfazer a separação entre o manual e o intelectual no processo de trabalho. "Sem o retorno do requisito do conhecimento técnico pela massa dos trabalhadores e reformulação da organização do trabalho, a votação nas fábricas e escritórios não altera o fato de os trabalhadores continuarem dependentes, tanto quanto antes, dos 'peritos' e só podendo escolher entre eles ou votar nas alternativas apresentadas por eles. Assim, um verdadeiro controle pelos trabalhadores tem como requisito a desmistificação da tecnologia e a reorganização do modo de produção. Isto não significa, é claro, que a posse do poder no seio da indústria mediante as demandas de controle pelo trabalhador não seja um ato revolucionário. Significa, isto sim, que uma verdadeira democracia dos trabalhadores não pode subsistir com base num esquema puramente parlamentar formal" (BRAVERMAN apud CHAUI, p. 210-11).

Em que pese o fato de se reconhecer que os debates sobre este tema continuarão a acontecer pelos anos vindouros, a democratização permanece como uma bandeira sempre presente. No caso latino-americano, os processos democratizadores em curso em alguns países (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Haiti) apontam na direção de consolidar mecanismos e instituições típicos da democracia liberal, avalizados pelos Estados Unidos. Subsistem como exceções Cuba e Nicarágua.

Em quase todos os países, contudo, várias forças sociais se organizam buscando defender e lutar pela implementação do modelo de democracia-popular, negando validade ao projeto liberal ou neoliberal para a solução dos graves problemas que afligem a América Latina, ainda que, em alguns

casos, se reconheça o valor de certas conquistas liberais a serem defendidas em qualquer regime. Um socialismo revisitado, que supere os erros cometidos pelo socialismo real e avance na sua adequação aos novos tempos e às peculiaridades das situações concretas de cada país, surge como uma alternativa possível.

Na linha dos projetos democrático-populares, devem ser registradas as tentativas de construção de uma **democracia de base**, constituída de estruturas originais que resultam de processos democráticos da constituição nas bases de formas de organização e de decisão internas, de formas de delegação de poderes e de execução de tarefas. Estas práticas questionam as instituições clássicas e buscam regenerar os partidos e os sindicatos em suas estruturas, programas e atividades.

Nas lutas pela conquista da democracia, os projetos educativos podem conduzir ou ao aperfeiçoamento da democracia representativa, nos marcos da democracia liberal, ou fecundar a corrente popular-democrática que defende um projeto hegemônico alternativo, envolvendo as dimensões tanto política quanto social e econômica.

QUESTÕES QUE DESAFIAM O ENSINO SUPERIOR

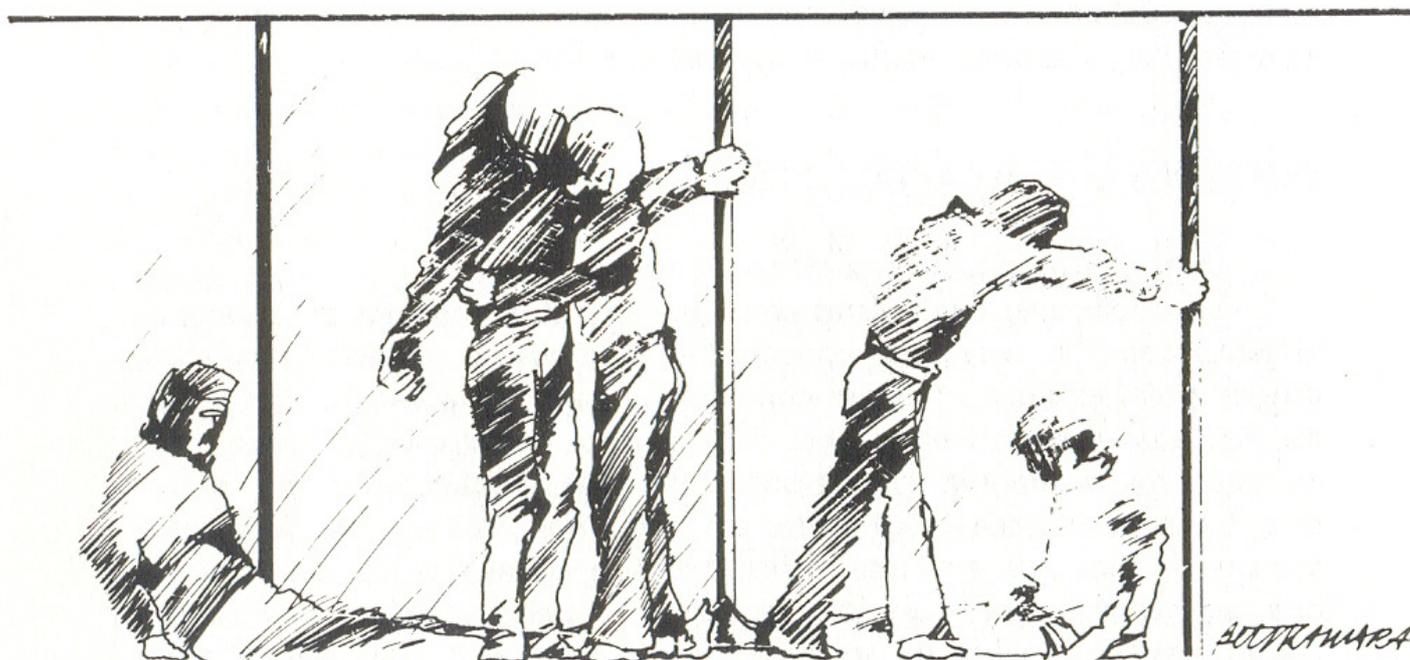
Qual a educação que a sociedade deseja?

Em sociedades capitalistas com graus tão diferenciados de desenvolvimento como as nossas, as concepções de educação são conflitivas e os grupos e classes sociais buscam conseguir a hegemonia daquela que possa ser aplicada universalmente. Sem dúvida que a concepção burguesa exerce hoje uma hegemonia inquestionável nas redes pública e privada de ensino (com as exceções conhecidas em curso nos projetos de construção socialista), mas que enfrenta contradições próprias dadas pela natureza dos regimes em vigor, pela falta de clareza e pelas cisões em desenvolvimento nas concepções de sociedade que a burguesia internacionalizada e seus aliados têm oferecido nestes últimos anos, pelo impacto das teorias críticas ministradas nos cursos de várias instituições e pela resistência da educação popular, desenvolvida por variados grupos independentes ou vinculados a movimentos, organizações e partidos políticos, que questiona as bases da organização social capitalista e defende uma alternativa normalmente de cunho socialista.

Em nossos países dependentes, a educação tem servido basicamente à formação dos filhos dos setores da burguesia e da classe média, das elites e dos quadros dirigentes e intermediários, condicionada que é pela dinâmica da expansão do capitalismo e acompanhando suas exigências em constante mutação. A educação serve, ainda, admiravelmente à ideologia da mobilidade social individual. Não obstante, o conservadorismo enraizado nas instituições de ensino superior distanciou-as da própria dinâmica capitalista, já que as empresas passaram, em escala crescente e por seus próprios meios, a formar sua mão-de-obra especializada de acordo com as necessidades específicas de cada setor de produção.

A educação na América Latina vive grandes dilemas que podem ser sintetizados na equação de, concomitantemente, construir uma sociedade que acompanhe as transformações sociais em curso no mundo e atender as necessidades básicas das maiorias.

Por um lado, trata-se de edificar uma Nação que elimine as gritantes desigualdades sociais e disparidades regionais, que rompa o subdesenvolvimento sócio-econômico-político-cultural, que estabeleça instituições políticas sólidas capacitadas para suportar crises e mudanças, que torne a Sociedade civil forte e com poder de controlar o Estado, que democratize e nacionalize o Estado num mundo cada vez mais internacionalizado. Para isto, a educação em geral e a universidade em particular necessitam formar homens de cultura, intelectuais, técnicos e profissionais, competentes, críticos e responsáveis, em condições de intervir decisivamente no desen-



volvimento e fortalecimento de sociedades democráticas em seus países, o que significa propiciar as condições gerais para um desenvolvimento equilibrado em função das maiorias.

O ensino superior deve seguir uma política educacional que integre os vários níveis de ensino. Esta política deve estar integrada, por sua vez, com uma política cultural e uma política científico-tecnológica. Com uma política cultural que vincule os valores nacionais com a cultura mundial eliminando-se a dominação externa, que respeite e defenda as etnias, que consiga uma interpenetração positiva das culturas popular, de massa, acadêmica e artística evitando a massificação e ampliando o humanismo em todos os sentidos. Com uma política científico-tecnológica que assimile os avanços produzidos em outros países, mas desenvolva uma ciência e tecnologia adequadas às necessidades reais de cada Nação, que não se subordine ao domínio estrangeiro, que enfrente os tremendos desafios da era

cibernética, da automação, da robotização, da informática a partir das forças potenciais e manifestas que os povos possuem.

Por outro lado, a educação deve ser capaz de constituir os sujeitos democráticos que uma sociedade moderna requer, o que coloca desde logo a questão da cidadania. Neste sentido quero chamar a atenção para um ponto analisado por alguns pesquisadores, a partir da interpretação dos novos movimentos sociais surgidos nas últimas décadas, e que aponta para o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado:

“Na vida urbana de uma sociedade como a nossa, o indivíduo (parte indiferenciada da massa) só é plenamente reconhecido como pessoa, como **sujeito**, nos grupos primários que se estruturam na vida privada: a família, os parentes, os amigos, os vizinhos. Na esfera pública, tende a ser despersonalizado e figura como vendedor da força de trabalho, comprador de mercadorias, beneficiário do INPS, usuário do transporte coletivo, eleitor, homem-massa. Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na **esfera pública**, através do jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária.

Esta passagem da pessoa, da dimensão privada para a pública, pode ser a explicação de um fato muito significativo, que ocorre com extraordinária freqüência nos depoimentos dos participantes desses movimentos: o de viverem essa experiência como um enriquecimento pessoal, uma intensificação de sua qualidade de **sujeitos**. No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade, ‘aprendem a falar’ isto é, a formular questões novas sobre sua experiência de vida. Basicamente, elas tornam coletiva (e dessa forma integram) as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada” (3:28).

A autora indica algumas limitações a esta dinâmica: a tendência à segmentação e pulverização, pois os movimentos tendem a crescer pela multiplicação de grupos; as decisões tomadas por consenso e que provoca largas discussões e cisões internas; as reivindicações consideradas como instrumentos de mobilização e não a mobilização como instrumento de reivindicação. O caráter social dos movimentos surge com maior nitidez em sua dimensão “externa”.

“Com efeito, os movimentos são plenamente sociais, não apenas por suas características internas, mas, inclusive, pelo fato de estarem voltados ‘para fora’ estabelecendo novos canais de comunicação dos indivíduos com a sociedade e o Estado. Sem isso, seriam antes seitas que movimentos. O reconhecimento mútuo dos indivíduos como pessoas, que se dá internamente, exige uma reação complementar que deriva do caráter necessariamente **público** do processo — é o reconhecimento do movimento pela sociedade e pelo Estado” (3:29)

Quando se toca em cidadania, vem logo à tona a questão dos **direitos de cidadania** que tiveram papel fundamental na concepção de democracia elaborada pelas revoluções burguesas. Se a nossa tradição é autoritária

e não democrática, os direitos legais não são reconhecidos para a maioria da população, inicia-se um processo de construção coletiva de um conjunto de direitos que está sendo realizado pelos movimentos sociais.

“Nos movimentos sociais, de modo geral, a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito. Os habitantes da periferia afirmam seu **direito** à água, luz, esgoto, assistência médica; as mulheres reiteram seu **direito** à igualdade; os homossexuais ao seu prazer; também as mães que trabalham têm direito às creches, assim como os índios às suas terras e todos têm o **direito** à proteção contra a violência. . . A transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania” (3:29)

Eliminar o analfabetismo e o semi-analfabetismo, redefinir o papel da escola pública, modificar os conteúdos das atividades educativas em geral, elevar o nível cultural dos trabalhadores, são desafios decorrentes que exigem a atenção dos políticos e educadores. Animar e fortalecer as ricas experiências dos movimentos populares, de modo a evitar manipulações de todos os tipos, constituem meios preciosos para ir consolidando a democracia de baixo para cima.

A segunda questão diz respeito à **democratização do acesso**, permitir que o maior número possível de pessoas tenham a oportunidade de cursar a universidade, assegurando um nível adequado de ensino. Este processo implica em possibilitar a universalização da educação básica, com caráter público e gratuito, tendo por exigências: formação de professores para os primeiros graus que respondam às reais necessidades da população; conteúdos curriculares e pedagógicos capazes de formar cidadãos democráticos que irão influir na construção de seus países; infraestrutura física e material apropriada; recursos financeiros suficientes. No Brasil, apesar de ser um preceito constitucional, a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos nunca se realizou por inexistirem meios que garantam o seu cumprimento. Outro aspecto conexo diz respeito à seleção pelo vestibular, que é diferenciada pelos distintos países. Como selecionar os melhores e superar as desigualdades sociais existentes entre os grupos e classes sociais ?

A terceira questão se vincula no tema da **democratização interna** das instituições de ensino superior. Se essas instituições refletem, com seus matizes peculiares, o que está acontecendo na sociedade inclusiva, elas são atravessadas por traços autoritários e democráticos em permanente tensão. Na história da universidade latino-americana tem havido um predomínio de características verticalistas de poder nas relações entre as direções e as comunidades, entre as mantenedoras e as instituições, entre os professores e os alunos. Uma das bandeiras defendidas pelos protagonistas do movimento reformista de Córdoba, com desdobramento em outros países, foi a da democratização. Setores minoritários mas atuantes – com destaque para as lideranças do movimento estudantil – sempre

lutaram para implantar mecanismos e práticas democráticas, encontrando sólidas resistências.

No Brasil este quadro se repete. Em concomitância com as lutas maiores pela democratização do país, as forças vivas universitárias têm procurado vencer barreiras cristalizadas e vêm alcançando conquistas relevantes. Não obstante, a imaturidade política existente em vastas camadas sociais e a falta de experiência democrática dos segmentos universitários ocasionaram ambigüidades e conflitos entre o que seja a política universitária e a visão da Universidade sobre a política. Há setores que temem pela excessiva "politização" da Universidade, e há setores defendendo uma maior participação política dela. As práticas em andamento em múltiplas instituições servirão de guia para um amadurecimento progressivo do processo democratizador. Setores mais ativos estão convencidos de que a democratização interna está intimamente ligada com a autonomia universitária e com a democratização na sociedade brasileira.

"A proposta de democratização das IES encontra seu sentido quando direcionada à busca de um aperfeiçoamento contínuo na consecução dos fins universitários específicos, e se expressa pela elevação dos níveis de qualidade, eficiência e responsabilidade. Ela implica a seleção dos mecanismos e critérios mais adequados à escolha dos dirigentes, à representatividade e participação nos colegiados, à descentralização das decisões, à avaliação e ao planejamento das atividades. A democratização, bem como a autonomia, serão alcançadas quando a comunidade acadêmica, por intermédio dos três segmentos (professores, estudantes e servidores técnico-administrativos) e de seus legítimos representantes tiver oportunidade de escolher os seus dirigentes e os seus representantes nos Órgãos decisórios, de participar ativamente das atividades universitárias, de obter informações fidedignas, e de exercitar a avaliação e o planejamento de suas atividades". (6).

As experiências democráticas internas, se bem conduzidas, tendem a ser exemplares para a sociedade como um todo, e forjam sujeitos democráticos que irão influenciá-la depois de formados.

A última questão a que quero me referir concerne ao **compromisso social** da Universidade. Se ela não responder aos desafios postos pela realidade, ela perde o seu sentido histórico. Se a Universidade tem um compromisso com a busca da verdade, com o pluralismo do pensamento, com a pesquisa pura, com maior razão ela deve estar voltada para a produção dos conhecimentos que a sociedade requer, deve se somar às demais forças sociais para a realização das inadiáveis mudanças sociais que uma democracia exige.

"As responsabilidades sociais da universidade estão fundadas em várias razões. A sociedade tem o dever de exigir que ela preste contas do ensino e da pesquisa realizados, dos recursos aplicados, já que é ela quem sustenta a universidade. Pouco mais de 1% da população têm as condições sócio-econômicas para alcançar o patamar do ensino superior, privilégio a ser retribuído de alguma forma. Nos últimos anos cresceu o

número de assalariados que freqüentam os cursos noturnos, sem alterar ainda a tendência predominante. Além disto, as IES concentram uma massa crítica de recursos humanos e materiais que devem ser socializados e difundidos a toda a sociedade. Num Brasil com tantas desigualdades sociais e disparidades regionais, compete à universidade um papel importante na superação desta situação". (7).

As exigências da função social das comunidades universitárias suscitam uma série de pontos que merecem ser contemplados;

- . Integrar a formação profissional com a formação geral que amplie os conhecimentos de cada área específica, de modo a infundir nos alunos um efetivo compromisso social;
- . Orientar no sentido de que os cursos, currículos e programas se realimentem continuamente com as questões que a realidade social coloca, por meio das pesquisas e das atividades de extensão, produzindo e difundindo os conhecimentos hauridos em função das necessidades da maioria da população.
- . Expandir e adequar os estágios curriculares como uma forma válida de colocar os estudantes em contato com as realidades social e profissional, e de relacionar a teoria com a prática.
- . Considerar a extensão como uma dimensão essencial às finalidades das Instituições de Ensino Superior (IES) e integrada com o ensino e a pesquisa.
- . Inserir as IES nos planos e programas de desenvolvimento nacional, regional e local.
- . Utilizar os laboratórios, museus, editoras, gráficas, teatros, bibliotecas, etc. para a sua efetiva integração com as atividades de ensino, e de modo a que eles funcionem também como meios propiciadores de uma interligação com a comunidade.
- . Assegurar em todas as atividades de extensão universitária os objetivos de difusão dos conhecimentos obtidos, de continuidade dos serviços que envolvam a população, e de sua realimentação contínua com o ensino e a pesquisa.
- . Apoiar que os programas e projetos de prestação de serviços às comunidades incentivem a multidisciplinaridade.
- . Estimular convênios e projetos com empresas e indústrias, estatais e privadas, de modo a favorecer um conhecimento sistemático do mercado de trabalho profissional, a elaboração de subsídios a uma política industrial voltada aos interesses nacionais das maiorias, a produção de inovações tecnológicas, respeitando-se a autonomia universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOBBIO, N. **Qual socialismo?** discussão de uma alternativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
2. CHAUI, M. **Cultura e democracia;** o discurso competente e outras falas 3 ed. São Paulo, Moderna, 1982. p. 136.
3. DHURAN, E. Ribeiro. Movimentos sociais, a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (10): 28, out. 1984.
4. PORTANTIERO, J. C **Estudiantes y politica en América Latina 1918-1939:** el proceso de la reforma universitária. México, 1978.
5. RAMA, G. Estilos educacionais. In: SAVIANI, D . et alii. **Desenvolvimento e educação na América Latina.** São Paulo, Cortez, 1983. p. 70-1.
6. WANDERLEY, L. E. W. **Democratização interna das IES.** São Paulo, 1985. p. 1. Trabalho elaborado em equipe pelos membros da Sub-comissão de Democratização e Acesso para a Comissão Nacional para reformulação da educação superior.
7. ————. **Função social e controle social.** São Paulo, 1985. Trabalho da mesma equipe citada para o mesmo fim.
8. ————. **O que é Universidade.** 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. p.12-4